

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13
Balanços patrimoniais	17
Demonstrações dos resultados	18
Demonstrações dos resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Neste exercício, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária") continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, como sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de metrô.

1.2. Apresentação

A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A., denominada de ViaMobilidade, com sede em São Paulo, capital, tem como objeto a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linha 5 – Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo.

A Linha 5 – Lilás é uma linha de Metrô com extensão 20,1 km, 17 estações, 02 Pátios (Capão Redondo e Guido Caloi) e 04 Terminais integrados de ônibus (Capão Redondo, Campo Limpo, Giovanni Gronchi e Santo Amaro/Guido Caloi). A Linha 17 – Ouro é um monotrilho com extensão de 7,7 km, 08 estações elevadas e 01 Pátio (Águas-Espraiadas).

1.3. Contrato de Concessão

O contrato de concessão foi assinado em 5 de abril de 2018 e tem duração inicial de 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos. A concessão foi desmembrada em 4 Fases, sendo:

Fase Pré-Operacional – iniciou-se a partir da assinatura do Contrato (5 de abril de 2018) e teve duração de 120 dias, tendo em vista que a Linha 5 – Lilás já se encontrava em operação pelo Metrô de São Paulo. Esse período ocorreu para a transição operacional entre o Metrô e a Companhia.

Fase I – Início da operação comercial da Linha 5 completa (exceto Estação Campo Belo) e dos Terminais de integração intermodal – Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi.

A Fase I, portanto, iniciou-se em 4 de agosto de 2018 com a operação comercial do trecho entre Capão Redondo e Moema, juntamente com os terminais de integração intermodal – Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro/Guido Caloi. Em 31 de agosto de 2018 foi inaugurada a Estação AACD – Servidor e em 28 de setembro de 2018 foram inauguradas as estações Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin.

Fase II – Iniciou-se em 8 de abril de 2019, com a inauguração da Estação Campo Belo, resultando na operação comercial plena da Linha 5.

Fase III – Anteriormente estava prevista para novembro de 2019, conforme contrato de concessão, o início da operação comercial da Linha 17, contemplando todas as Estações entre Congonhas/Jardim Aeroporto – Morumbi/CPTM. As obras estão em andamento pelo Governo do Estado, o início da operação foi prorrogada e está previsto para o primeiro semestre de 2026.

Ainda nesse contrato, temos um investimento previsto que é a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro da Linha 5 – Lilás com a estação Santo Amaro da Linha 9 – Esmeralda da CPTM, visando compatibilizá-la com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança. Esta obra iniciou-se em 27 de janeiro de 2020 e atualmente encontra-se em andamento pela Companhia.

Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 26 de dezembro de 2023, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 2 com o Poder Concedente, tendo como objeto exclusivamente o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato que decorre da perda de receita tarifária provocada pela contabilização de demanda real trimestral em patamar inferior a 60% (sessenta por cento) da demanda projetada no período do 1º trimestre de 2020 até o 1º trimestre de 2023, sendo eventual desequilíbrio contratual decorrente dos impactos da variação da demanda sobre os custos pertinentes à prestação do serviço concedido em razão da Pandemia de COVID-19. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 7.

Em 21 de junho de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 3 com o Poder Concedente, estabelecendo diretrizes específicas para a elaboração dos estudos necessários à extensão da Linha 5 – Lilás até o bairro Jardim Ângela, abrangendo projetos executivos completos, estudos ambientais, de demanda e de utilização de áreas públicas e privadas, com entrega final prevista até 27 de fevereiro de 2026, acompanhada da certificação de qualidade. O Termo visa viabilizar o início das obras até março de 2025, promovendo a alocação eficiente de riscos e a mitigação de atrasos, garantindo maior eficiência no processo de execução e assegurando benefícios à mobilidade urbana e à qualidade de vida da população.

1.4. Destaques de 2024

Em maio de 2024 tivemos o recebimento da antecipação do Reequilíbrio COVID no valor de R\$ 127.092.

Em 2024 tivemos a inauguração do Centro Especializado Breaking Brasil, em parceria com o Instituto CCR e o Instituto Vitor Orsolon, que promove aulas gratuitas de break para a comunidade. O espaço conta com 3.120 m² e fica próximo à Estação Capão Redondo. O objetivo é incentivar a paixão pelo movimento do break dance e são oferecidas também atividades voltadas à comunidade, estimulando a convivência e o acesso à cultura.

Em 2024 houve o lançamento do aplicativo Bicicletário Digital, que facilita a consulta de vagas disponíveis em 13 estações com bicicletários. Com mais de 1.100 espaços para ciclistas, o app proporciona maior segurança e agilidade para estacionar as bicicletas. Para utilizar o app basta baixá-lo na Play Store (para Android) ou Apple Store (para iOS) e realizar um pré-cadastro. A partir do preenchimento do formulário, o passageiro pode ir à Sala de Supervisão Operacional (SSO) da estação escolhida com sua bicicleta e apresentar um documento com foto para a retirada de um lacre.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R\$ Mil	2024	2023	Var %
Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	695.311	906.739	-23,31%
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	558.316	817.420	-31,70%
Deduções da receita bruta	(49)	(16.348)	-99,70%
Receita líquida (excluída a Receita de construção)	558.267	801.072	-30,31%
(+) Receita de construção	137.044	89.319	53,43%
Custos e despesas (a)	(547.252)	(448.306)	22,07%
Depreciação e amortização	(52.442)	(43.954)	19,31%
Serviços de terceiros	(73.807)	(63.676)	15,91%
Custo da outorga	(5.757)	(5.195)	10,82%
Custo com pessoal	(161.749)	(138.329)	16,93%
Custo de construção	(137.044)	(89.319)	53,43%
Outros custos e resultados operacionais	(116.453)	(107.833)	7,99%
EBIT ajustado	148.059	442.085	-66,51%
Margem EBIT ajustada (b)	26,52%	55,19%	-51,94%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	26.004	26.674	-2,51%
EBIT (c)	174.063	468.759	-62,87%
Margem EBIT	21,29%	49,65%	-57,11%
(+) Depreciação e amortização	52.442	43.954	19,31%
EBITDA (c)	226.505	512.713	-55,82%
Margem EBITDA	32,58%	57,58%	-43,43%
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	26.004	26.674	-2,51%
EBITDA ajustado	200.501	486.039	-58,75%
Margem EBITDA ajustada (d)	35,91%	60,67%	-40,81%
(+) Resultado financeiro líquido	(56.668)	(80.677)	-29,76%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	26.004	26.674	-2,51%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	117.395	388.082	-69,75%
(+) Imposto de renda e contribuição social	(24.180)	(119.670)	-79,79%
Lucro antes da participação dos minoritários	93.215	268.412	-65,27%
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	93.215	268.412	-65,27%
Endividamento bruto (e)	425.673	549.896	-22,59%
Investimentos (caixa)	124.916	102.485	12,96%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais.

(b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais.

(c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

Receita líquida: O principal motivo da queda da receita líquida em 2024 foi a celebração do Termo Aditivo n.º 2 com o Poder Concedente em 2023, que trata do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato que decorre da perda de receita tarifária em razão da Pandemia de COVID-19. Desta forma, houve a contabilização de R\$ 297.891 em dezembro de 2023.

Sem considerar o reequilíbrio COVID, o crescimento da receita foi de 11%, principalmente devido a retomada da demanda transportada em 2024. O reajuste da tarifa foi de 1,33%, que é calculado pela variação de 85% do IPC e de 15% do reajuste de energia em fevereiro de cada ano.

Custos e despesas: Recuperação das contratações do quadro de colaboradores, reflexo da recuperação da demanda.

Resultado financeiro líquido: Em 2024 tivemos uma redução dos indicadores que estão atrelados a debêntures, e com isso tivemos uma redução de juros.

Imposto de renda e contribuição social: Em relação ao IR/CSLL corrente, o aumento foi decorrente do aumento de receita devido retomada de demanda. E em relação aos impostos diferidos, o impacto foi principalmente pela contabilização do Reequilíbrio COVID em 2023, gerando uma variação positiva nos valores apurados em 2024.

Investimentos: O principal investimento realizado no ano de 2024 foi a obra de requalificação e adequação da infraestrutura de integração da Estação Santo Amaro.

2.2. Dividendos propostos

Em 2024 a Companhia destacou um total de R\$ 16.273 na forma de juros sobre capital próprio aos seus acionistas (R\$ 12.167 em 2023).

Em 2024 ocorreu a transferência de R\$ 202.480 referente a dividendos de exercícios anteriores que estavam no Patrimônio Líquido e foram para o Passivo Circulante. Os valores ainda estão sem previsão para pagamento.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A Companhia possui estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva.

3.2. Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

4. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor aos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, desdobrada em Estratégia de Sustentabilidade, revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR.

Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CCR.

Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

A Diretoria de Sustentabilidade (DS) conta com executiva responsável pela gestão do tema e equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação.

Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de Sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo, permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025, não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR.

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse:

<http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.

- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição Net Zero: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.

CEBDS: Adesão ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que em conjunto com as companhias associadas atuam como agentes de transformação, liderando e cocriando o caminho rumo a uma economia mais sustentável e equitativa para esta e, também, para futuras gerações.

4.2 Meio Ambiente – Principais ações e destaque

A busca pela redução de impactos ambientais e a otimização no consumo de recursos naturais são premissas da gestão sustentável dos negócios da CCR, consideradas em toda cadeia de valor das plataformas (rodovias, mobilidade urbana e aeroportos), colaborando na construção de uma economia de baixo carbono, mitigando os impactos na biodiversidade e reduzindo o consumo de recursos naturais. Para isso, o Grupo se fortalece com diretrizes corporativas, como a Política de Meio Ambiente e a Política de Mudanças Climáticas e apoia fortemente as iniciativas locais nas unidades de negócio, com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental como um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado CCR.

O Grupo CCR realiza a gestão da biodiversidade de flora e fauna de acordo com as exigências legais, como projetos de restauração florestal.

A Estratégia Climática é um tema material para o Grupo CCR, sendo pioneiro no setor neste ano ao divulgar a estratégia de resiliência climática para 100% dos seus ativos. A CCR também possui a Política de Mudanças Climáticas, que passou por revisão no final de 2024 e tem como objetivo estabelecer compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos dessas alterações e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações nos negócios do Grupo CCR. Ela afirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos do Grupo CCR, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Em 2023, recebeu a aprovação de suas metas de redução de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi). Com isso, a CCR se tornou a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar o compromisso público de descarbonização com a iniciativa. Para contribuir com os avanços das metas estabelecidas e Ambição 2035, a CCR antecipou, em um ano, sua meta de abastecer 100% de suas operações com energia renovável.

Em 2024, a empresa realizou a primeira operação de compra de crédito de carbono do Brasil, que será registrada na plataforma da B3. Além disso, firmou parceria com geradoras e transmissoras de energia elétrica renovável, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade.

Ainda em 2024, o Grupo CCR iniciou a avaliação dos impactos, dependências, riscos e oportunidades para a Plataforma Rodovias seguindo a metodologia proposta pela TNFD - Task Force on Nature Financial Disclosure, denominada LEAP – Localize, Evaluate, Assess, Prepare. Tal iniciativa fundamentará a atuação da Companhia na adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SBN, ou NBS – Nature Based Solutions) como medida de compensação dos impactos do negócio.

Outros destaques e informações podem ser verificados no site:

<https://www.grupocr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.3 Social

4.3.1 Gestão de Pessoas

A CCR tem como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade e como pilar estratégico a valorização das suas pessoas. Para isso, desenvolve ações estruturadas e planejadas para garantir segurança, bem-estar, desenvolvimento, reconhecimento e respeito à diversidade.

A Diretoria Vice-Presidência de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional reporta-se diretamente ao Diretor-Presidente e consolida as áreas de desenvolvimento organizacional, atração e seleção, desenvolvimento de pessoas, educação corporativa, diversidade e inclusão, remuneração e benefícios, saúde e bem-estar, parceiros de negócios, relações sindicais e trabalhistas, segurança e qualidade.

Os destaques em 2024, alinhados com a nossa visão de “Liderar o setor de mobilidade”, foram os projetos de: (i) Evolução da Cultura “3 Is” (Integridade, Integração e Impacto), e (ii) Estrutura Organizacional, que visam a criação de valor por meio de uma organização ágil, simples e eficiente, agindo de forma integrada e colaborativa, com iniciativas e capacidades diferenciadas, evoluindo o modelo de Plataforma de Negócios e fortalecendo a atuação do Centro de Serviços Compartilhados, resultando em uma holding ainda mais estratégica.

Com o objetivo de manter as pessoas saudáveis, seguras e disponíveis para suas atividades, a Gestão de Segurança da CCR busca assegurar a continuidade dos negócios, demonstrando a confiabilidade operacional em suas atividades.

A cultura de segurança vem demonstrando sua efetividade no controle de riscos associados ao trabalho e no desenvolvimento da maturidade organizacional, frente aos desafios de proporcionar um ambiente seguro para os colaboradores. Em 2023, reduzimos em 47% a taxa de acidentes em relação a 2022. O resultado positivo está fundamentado em cinco pilares: o cumprimento de requisitos legais; a padronização de processos; o controle de riscos operacionais; a conscientização e treinamento das pessoas e a melhoria contínua da gestão de segurança. O programa de Segurança é pautado em ferramentas que influenciam os colaboradores a terem comportamento preventivo e proativo, considerando:

- Observação Comportamental (OC): promove a interação do Líder com o Liderado para correção de comportamentos inseguros e prover as práticas seguras no ambiente de trabalho.
- Índice de Práticas Seguras (IPS): inspeção técnica realizada pelo time da Segurança no ambiente de trabalho com objetivo de identificar e de tratar os riscos de acidentes.
- Eu Vejo Eu Protejo: Ferramenta para reporte de riscos e condições inseguras no ambiente de trabalho para todos os colaboradores.

Ressaltamos ainda a valorização da jornada de engajamento através da aplicação da Pesquisa Pulso e GPTW. O Grupo CCR conquistou, pela primeira vez, o 9º lugar, entre 175 Melhores Empresas para se Trabalhar no país (ranking do Great Place to Work), na categoria “Gigantes” (mais de 10 mil colaboradores). Também entrou na lista das 25 melhores empresas para Mulheres trabalharem no Brasil. Esse é o resultado de uma longa jornada dedicada a melhorar a vida das pessoas através da mobilidade.

Cuidamos da valorização dos nossos talentos, implantando uma metodologia para análise de potencial e ampliação do plano de sucessão da alta liderança. A Academia CCR também impulsionou a evolução cultural formando 238 multiplicadores de diversas áreas da empresa. Colaboradores que foram formados para desempenharem este papel e disseminar o reforço do conteúdo para mais de 16 mil colaboradores.

Esse esforço reflete nosso compromisso em fortalecer a Cultura CCR, assegurando que ela seja vivenciada e compartilhada de maneira eficaz em todas as unidades de negócio. Foram registradas mais de 490 mil horas de treinamento em 2024. Além disso, realizamos a revisão e estruturação do Plano Diretor de Diversidade e

Inclusão, pois acreditamos que um ambiente diverso e inclusivo é fundamental para construir caminhos mais saudáveis. Outros destaques foram a atualização do Plano de Cargos e Salários, incluindo ações para igualdade salarial entre mulheres e homens, e o relançamento do Programa Viva Bem (Programas de Qualidade de Vida e Benefícios).

Esse conjunto de iniciativas resulta em elevado grau de satisfação dos colaboradores que, em 31 de dezembro de 2024, somavam 17.124 pessoas, alocadas no Brasil (nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Tocantins, Maranhão e Pernambuco), na Costa Rica, Equador e em Curaçao.

4.3.2 Diversidade & Inclusão (D&I)

O Grupo CCR dedicou esforços para implementação do aprimoramento do modelo de Governança em D&I, com a criação do Comitê de D&I (liderado pela Vice Presidência de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional e composto por outras lideranças e profissionais em posições estratégicas), sponsors (lideranças patrocinadoras que ocupam a posição de C-level, foram selecionadas como patrocinadores institucionais em cada pilar de D&I), Escritório de D&I (composto pela Diretora de Pessoas, time técnico de D&I e Gerência de Comunicação) e a definição das lideranças de grupos de afinidades nos pilares de (1) equidade de gênero, (2) raça e etnia, (3) pessoa com deficiência, (4) pessoas LGBTQIAPN+, (5) geracional e (6) culturas e regionalidades. Em curso estão uma agenda de capacitações para as pessoas integrantes desta Governança e discussões sobre as próximas etapas da jornada de D&I na Companhia.

Além disso, a continuidade de esforços no engajamento da autodeclaração racial e identidade de colaboradores. Como resultado, alcançou 95,5% dos colaboradores ativos (aumento de 1,5 p.p. com relação ao trimestre anterior) e com relação a autodeclaração de identidade de gênero, obteve 76,6% (aumento de 5 p.p. com relação ao trimestre anterior).

Como parte da agenda, destaque para:

- Lançamento do 2º ciclo do Programa de Mentoria Elas, com o objetivo de estimular o protagonismo de carreira feminino, apoioando um dos pilares do grupo de afinidade de equidade de gênero. Atualmente, 145 mulheres estão sendo mentoradas por 48 pessoas mentoras. Este ciclo contemplou a inclusão de homens como mentores. O ciclo de 2023, foram mais de 250 mulheres, entre mentoradas e mentoras. Adicionalmente, neste trimestre, contamos com a parceria de um fornecedor especializado no desenvolvimento de pessoas para apoiar o programa de mentoria conduzido pelo Grupo.
- Roda de conversa inédita sobre o agosto Lilás, discutindo sobre o combate da violência contra mulheres e meninas, como parte das ações de conscientização a colaboradores, que alcançou 626 pontos de conexão ao vivo, no total.
- Com a conclusão da agenda de capacitação das pessoas integrantes da Governança em D&I, o Grupo CCR lançou para os colaboradores, o Programa Pertencer - Inclusão e Respeito para Ser, apresentando o modelo de Governança em D&I e abriu as inscrições para participação nos grupos de afinidades dos pilares mencionados acima.
- Participação da CCR, como painelista, no debate sobre a participação feminina em cargos de liderança, organizado pela Women in Leadership in Latin America (Will) e no 13º Super Fórum, promovido pela CKZ Diversidade, com o objetivo de engajar lideranças masculinas em ações concretas para a promoção de ambiente inclusivo e representatividade feminina nas corporações.
- Recebimento de condecoração pelas Prefeituras de São Paulo (SP) e Salvador (BA), no Selo de Igualdade Racial 2024, de ambas as prefeituras.
- No pilar de Equidade de Gênero, houve a capacitação de mentores para realização de mentorias a 145 mulheres do Programa Nós Por Elas.
- Roda de conversa sobre Justiça Climática, como parte das ações de conscientização a colaboradores, que alcançou 476 pontos de conexão ao vivo, no total.

4.4 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014 para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de (i) educação e cultura, (ii) mobilidade e cidades sustentáveis, e (iii) saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários.

Em abril de 2024, o Instituto CCR, completou 10 anos de atuação. Desde a sua fundação, já destinou cerca de R\$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas, em mais de 430 municípios de todo o País.

Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R\$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal, alcançando um investimento recorde em toda sua trajetória.

Em 2024, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R\$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança.

O ICCR tem se consolidado como um dos principais patrocinadores da cultura no Brasil, apoiando museus em todo o Brasil, viabilizando a oferta de entradas gratuitas no Museu da Língua Portuguesa (SP), Instituto Tomie Ohtake (SP), no Museu do Amanhã (RJ) e na Fundação Casa Jorge Amado (BA).

O Instituto também ampliou a sua participação em feiras literárias, apoiando os principais projetos do país em 2024, como a Flip (Festa Literária Internacional de Paraty - RJ), a Flup (Festa Literária das Periferias - RJ), a Bienal do Livro de São Paulo, a Feira do Livro de São Paulo e a Festa Literária Internacional do Pelourinho (Flipelô – BA).

O Instituto CCR firmou ainda parceria com a Fundação Osesp para criação da Estação CCR das Artes. A nova sala de espetáculos fica localizada no Complexo Cultural Júlio Prestes e, em 2025, terá programação voltada para as músicas clássica e popular, dança, teatro, literatura e cinema, além de atividades educacionais.

Ao longo de 2024, o Instituto também fortaleceu o pilar de Mobilidade e Cidades Sustentáveis, que visa contribuir para tornar as cidades importantes vetores do desenvolvimento sustentável. Um dos destaques foi a criação de uma coalizão inédita para fomentar soluções sustentáveis e acelerar a descarbonização do setor de transportes no Brasil. O movimento é liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), pelo Grupo CCR e pelo Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável, do Insper.

A intenção é contribuir com o Governo Federal e com a sociedade civil na definição das ações necessárias para cumprimento das metas de descarbonização, que serão estabelecidas no novo Plano Clima. Ao mesmo tempo, a iniciativa se prepara para apresentar seus resultados na COP30, em Belém, em novembro de 2025, buscando colocar o Brasil na vanguarda das discussões globais sobre a descarbonização do setor de transportes.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, encerrou o ano de 2024 beneficiando mais de 6 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 280 municípios e 24 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural, que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O Caminhos para a Saúde impactou mais de 70 mil pessoas em 2024, passando por 36 municípios de 13 estados brasileiros e beneficiando todas as plataformas de negócio do Grupo CCR. O programa foi realizado em diversos formatos, como em unidades fixas nas Rodovias (que realizam atendimentos de 2ª a 6ª feira), em eventos de corridas de rua nos aeroportos administrados pela CCR, em estações de metrô, entre outros. As ações contaram com serviços variados de saúde e bem-estar para a população, como massoterapia, serviço odontológico, aferição de pressão arterial, exames de glicemia e colesterol, corte de cabelo, podologia e trancista. Todos os serviços são gratuitos para a população, que é atendida por ordem de chegada.

Em 2024, o Grupo CCR também fortaleceu seu Programa de Voluntariado, com mais de 3 mil colaboradores, aumento de 80% no número de inscritos em comparação ao ano anterior. Foram realizadas 73 ações sociais, beneficiando mais de 21 mil pessoas nas comunidades em que a Companhia atua nas suas plataformas de rodovias, aeroportos e mobilidade urbana.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br

4.5 Prêmios e reconhecimentos

Como reconhecimento, em novembro de 2024, a Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco elevou a perspectiva do rating da Companhia de estável para positivo (classificação de risco financeiro), em relação a 2ª emissão de debentures.

5. Considerações finais

5.1. Agradecimentos

A Companhia agradece a todos os usuários e acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

5.2. Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

5.3. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 7 de março de 2025.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão	
Veja as Notas 3.8, 3.14 e 12 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 144.076 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.

Balanços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		282.241	226.061
Caixa e equivalentes de caixa	6	107.531	73.319
Contas a receber das operações	7.1	2.395	2.788
Contas a receber de partes relacionadas	9	400	6.025
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	64.912	66.844
Tributos a recuperar		2.729	811
Despesas antecipadas		9.697	8.508
Adiantamentos a fornecedores		334	2.416
Estoques (materiais sobressalentes)		92.018	64.976
Contas a receber de operações com derivativos	19.2	1.729	-
Outros créditos		496	374
Não circulante		983.767	1.032.765
Realizável a longo prazo			
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	137.095	262.233
Depósitos judiciais		49	49
Estoques (materiais sobressalentes)		23.660	23.890
Despesas antecipadas e outros créditos		57	15
Investimentos	10	16.523	16.193
Imobilizado	11	15.579	16.909
Intangível	12	732.970	660.155
Infraestrutura em construção	12	57.704	53.321
Arrendamento		130	-
Total do Ativo		1.266.008	1.258.826
Passivo e Patrimônio Líquido		2024	2023
Circulante		603.265	322.725
Debêntures	13	119.708	112.689
Fornecedores		18.448	24.134
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	5.398	11.874
Imposto de renda e contribuição social a pagar		44.047	3.775
Impostos e contribuições a recolher		1.924	3.083
Obrigações com o Poder Concedente	20.3	1.467	1.532
Obrigações sociais e trabalhistas	14	23.892	22.934
Provisão de IPTU		42.421	33.487
Contas a pagar de operações com derivativos	19.2	24.544	13.135
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		317.456	91.673
Passivo de arrendamento		59	-
Outras obrigações		3.901	4.409
Não circulante		415.624	555.596
Debêntures	13	305.965	437.207
Fornecedores		178	-
Impostos diferidos		35.925	85.019
Obrigações sociais e trabalhistas	14	2.535	5.989
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	15.1	5.727	6.040
Contas a pagar de operações com derivativos	19.2	63.809	21.341
Passivo de arrendamento		76	-
Outras obrigações		1.409	-
Patrimônio Líquido	16	247.119	380.505
Capital social		89.000	89.000
Dividendo adicional proposto		67.471	202.480
Ajuste de avaliação patrimonial		1.154	(222)
Reserva de capital		494	247
Reservas de lucros		89.000	89.000
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.266.008	1.258.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	17	695.311	890.391
Custos dos serviços prestados		(476.371)	(390.061)
Custo de construção		(137.044)	(89.319)
Serviços		(56.681)	(50.758)
Custos com Poder Concedente		(5.757)	(5.195)
Depreciação e amortização	11 e 12	(49.263)	(40.938)
Custo com pessoal		(129.317)	(109.491)
Materiais, equipamentos e veículos		(20.983)	(16.884)
Água, telefone e internet		(3.531)	(3.420)
Energia elétrica		(45.901)	(50.724)
IPTU		(8.934)	(8.707)
Seguros		(10.028)	(6.861)
Verba de fiscalização		(5.757)	(5.195)
Outros		(3.175)	(2.569)
Lucro bruto		218.940	500.330
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(70.881)	(58.245)
Serviços		(17.126)	(12.918)
Depreciação e amortização	11 e 12	(3.179)	(3.016)
Despesas com pessoal		(32.432)	(28.838)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.676)	(861)
Gastos com viagens e estadias		(787)	(165)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(208)	(198)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.357)	(258)
Despesas legais e judiciais		(56)	(25)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	15.1	313	(5.813)
Indenização Trabalhista		(965)	(1.251)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.589)	(1.196)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(256)	(201)
Lei Rouanet, Incentivos esportivos e outros		(3.013)	-
Gastos compartilhados - Aluguéis		(4.067)	(1.281)
Outras despesas (receitas) operacionais		(4.483)	(2.224)
Resultado de equivalência patrimonial	10.2	26.004	26.674
Resultado antes do resultado financeiro		174.063	468.759
Resultado financeiro	18	(56.668)	(80.677)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		117.395	388.082
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	8.1	(24.180)	(119.670)
Lucro líquido do exercício		93.215	268.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	93.215	268.412
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Ativação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	2.086	(336)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(710)	114
Total do resultado abrangente do exercício	94.591	268.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Legal	Reserva de lucros a realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023		89.000	-	8.741	80.259	-	731	-	178.731
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	268.412	268.412
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	247	-	-	-	-	-	247
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(222)	-	-	(222)
Destinações:									-
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	-	(10.342)	(10.342)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(1.825)	(1.825)
Reserva legal		-	-	9.059	-	-	-	(9.059)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	(54.496)	(54.496)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(9.059)	-	201.749	(192.690)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		89.000	247	17.800	71.200	(222)	202.480	-	380.505
Transferência para dividendos a pagar conforme liberados em Assembleias		-	-	-	-	-	(202.480)	-	(202.480)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	93.215	93.215
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	16.2	-	247	-	-	-	-	-	247
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	1.376	-	-	1.376
Destinações:									-
Juros sobre capital próprio em 23 de outubro de 2024 (líquido)	16.5	-	-	-	-	-	-	(3.710)	(3.710)
Juros sobre capital próprio em 23 de outubro de 2024 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	-	-	(654)	(654)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (líquido)	16.5	-	-	-	-	-	-	(10.123)	(10.123)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2024 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	-	-	(1.786)	(1.786)
Dividendo mínimo obrigatório	16.4	-	-	-	-	-	-	(9.471)	(9.471)
Dividendos adicionais propostos	16.4	-	-	-	-	-	67.471	(67.471)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		89.000	494	17.800	71.200	1.154	67.471	-	247.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionaria das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.

**Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)**

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		93.215	268.412
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(49.804)	96.971
Receita de reequilíbrio		-	(297.892)
Depreciação e amortização	11 e 12	52.411	43.954
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	297	6
Capitalização de custo de debêntures	11 e 12	(4.214)	(1.610)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	47	74
Juros sobre debêntures	18	50.997	56.801
Resultado de operações com derivativos	18	69.477	2.319
Valor justo sobre debêntures	18	(55.894)	26.464
Comissão de fianças	18	5.993	6.771
Equivalência patrimonial	10.2	(26.004)	(26.674)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento		8	-
Depreciação - arrendamento		31	-
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	16.2	247	247
Adições e remuneração de contas a receber do Poder Concedente	7.1	(141.565)	(141.028)
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	15.1	784	7.126
Provisão de IPTU		8.934	13.837
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	393	(2.788)
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	(857)	-
Recebimento de contas a receber do Poder Concedente	7.1	288.052	144.127
Contas a receber de partes relacionadas	9	5.625	24.850
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	10.2	25.674	32.973
Tributos a recuperar		(1.918)	2.165
Estoques (materiais sobressalentes)		(26.812)	(25.331)
Adiantamentos a fornecedores		2.082	(414)
Depósitos judiciais		-	19
Despesas antecipadas e outros créditos		(1.353)	(375)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		10.557	(10.657)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	(12.469)	(2.131)
Obrigações sociais e trabalhistas		(2.496)	7.108
Obrigações com o Poder Concedente		5.724	5.215
Pagamento de obrigações com o Poder Concedente	20.1	(5.789)	(5.176)
Impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social a pagar		69.882	18.217
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(33.210)	(19.179)
Pagamentos de provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	(1.097)	(1.313)
Pagamento de IPTU		-	(4.903)
Outras obrigações		901	(458)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		327.849	217.727
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(2.055)	(4.041)
Aquisição de ativo intangível	12	(157.533)	(98.444)
Outros de ativo intangível	12	554	3.500
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	-	2.780
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(159.034)	(96.205)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Liquidiação de operações com derivativos		(15.243)	(31.554)
Debêntures			
Pagamento de principal e juros		(119.326)	(130.759)
Arrendamento			
Pagamento de principal		(34)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(134.603)	(162.313)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa		34.212	(40.791)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		73.319	114.110
No final do exercício		107.531	73.319
		34.212	(40.791)

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. ("ViaMobilidade" ou "Companhia" ou "Concessionária"), domiciliada na Estrada de Itapecerica, n.º 4157, Capão Redondo, São Paulo, Capital, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros das Linhas 5 – Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo.

A Companhia foi constituída em 7 de março de 2018 e assinou o contrato de concessão em 5 de abril de 2018.

A Five Trilhos – Administração e Participações S.A. ("Five Trilhos"), subsidiária integral da ViaMobilidade, foi constituída com o objetivo de explorar as receitas de publicidade, locação de espaço e utilização de infraestrutura da Companhia.

A concessão tem prazo de 20 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial da Linha 5 – Lilás, que ocorreu em 4 de agosto de 2018.

Termo Aditivo n.º 1

Em 30 de março de 2021, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 1 com o Poder Concedente, estabelecendo a possibilidade de se atribuir à Companhia, a responsabilidade pela elaboração dos estudos e execução dos futuros investimentos relacionados à implantação, de forma integral, de trechos de expansão das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro do Metrô de São Paulo, em condições a serem acordadas por meio de Termo Aditivo próprio, inclusive no que concerne ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Termo Aditivo n.º 2

Em 26 de dezembro de 2023, foi celebrado, o Termo Aditivo n.º 2 com o Poder Concedente, tendo como objeto exclusivamente o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato que decorre da perda de receita tarifária provocada pela contabilização de demanda real trimestral em patamar inferior a 60% (sessenta por cento) da demanda projetada no período do 1º trimestre de 2020 até o 1º trimestre de 2023, sendo eventual desequilíbrio contratual decorrente dos impactos da variação da demanda sobre os custos pertinentes à prestação do serviço concedido em razão da Pandemia de COVID-19.

Termo Aditivo n.º 3

Em 21 de junho de 2024, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 3 com o Poder Concedente, estabelecendo diretrizes específicas para a elaboração dos estudos necessários à extensão da Linha 5 – Lilás até o bairro Jardim Ângela, abrangendo projetos executivos completos, estudos ambientais, de demanda e de utilização de áreas públicas e privadas, com entrega final prevista até 27 de fevereiro de 2026, acompanhada da certificação de qualidade. O Termo visa viabilizar o início das obras no 2º semestre de 2025, promovendo a alocação eficiente de riscos e a mitigação de atrasos, garantindo maior eficiência no processo de execução e assegurando benefícios à mobilidade urbana e à qualidade de vida da população.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao resarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1. Principal evento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

1.1.1 Principal evento regulatório

Termo Aditivo nº 3

O Termo Aditivo n.º 3 da Companhia, firmado em 21 de junho de 2024, estabelece a elaboração dos estudos necessários para análise da viabilidade e vantajosidade da extensão das linhas até Jardim Ângela, cujos custos serão resarcidos pelo Poder Concedente, limitado a R\$ 35.000.

A partir do resultado dos estudos, o Poder Concedente analisará se será favorável seguir com as obras de extensão. Para essa etapa será necessário assinar novo Termo Aditivo.

1.1.2 Demais eventos relevantes

Autoprodução de energia por equiparação

Em 8 de novembro de 2024, a Companhia firmou com a Neoenergia Renováveis S.A., três contratos de: (i) compra e venda de ações e outras avenças cujos objetos foram a aquisição de 2,84% do capital social da Oitis 2 Energia Renovável S.A., 6,75% do capital social da Oitis 4 Energia Renovável S.A., e 5,25% do capital social da Oitis 6 Energia Renovável S.A., pelo montante de R\$ 7.338; e (ii) compra e venda de energia elétrica entre as mesmas partes com prazo de vigência de 16 anos.

As condições precedentes para a conclusão das operações foram cumpridas, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 28 de janeiro de 2025.

1.2. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (pandemia COVID 19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

1.2.1. Processos em andamento

Ação Popular nº 1012890-62.2018.8.26.0053 - Nulidade da Concorrência Internacional n.º 002/2016 e do Contrato de Concessão n.º 003/2018

A Ação Popular foi ajuizada em 14 de março de 2018, inicialmente contra apenas o Estado de São Paulo, o Governador do Estado de São Paulo e o Secretário de Transportes Metropolitanos. Posteriormente, foi determinada a inclusão da controladora CCR no polo passivo do processo, o que ocorreu apenas em 12 de novembro de 2020. Existem outras ações populares conexas em tramitação, nas quais a controladora CCR ou a ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 não são Parte, inclusive a ação popular nº 1000694-60.2018.8.26.0053.

Os autores populares pretendem ver declarado nulo o contrato de concessão n.º 003/2018 por conta (i) da suposta ausência de autorização legislativa para realização da concessão; (ii) da suposta violação ao princípio da moralidade administrativa, pois “empresas sócias majoritárias da controladora CCR” estariam envolvidas em supostos atos de improbidade; e (iii) da suposta lesão ao patrimônio público decorrente da modelagem econômico-financeira escolhida para a concessão.

A controladora CCR foi citada nos autos da Ação Popular em 12 de novembro 2020, tendo apresentado a sua contestação em 14 de dezembro de 2020, na qual alega, preliminarmente, ser parte ilegítima para figurar no polo passivo. No mérito, demonstrou a base legal para a licitação e validade dos atos impugnados.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após manifestação dos autores populares acerca da contestação da controladora CCR, foi determinado o sobrestamento até que a ação popular nº 1000694-60.2018.8.26.0053, alcance a fase de saneamento e/ou sentença. Atualmente, o processo se encontra suspenso.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 7 de março de 2025, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Incógnitas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incógnitas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.9. **Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
12. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 15.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
19. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Investimentos

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em controlada.

Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

3.2. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas metroviárias, são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17.

3.4. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de hedge (hedge accounting)

A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa n.º 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.6. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.8. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, do projeto de infraestrutura detido aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio contratual.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outras.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.14. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações

O Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28);

3.16. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.^{os} 6, 7, 9, 13 e 19.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 13 e 19.

As tarifas da concessão da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data do vencimento contratual. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	82.227	123.260	113.323	121.025	230.516
Fornecedores e outras obrigações	22.349	1.587	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.398	-	-	-	-
Contas a pagar de operações com derivativos	24.544	-	-	-	63.809
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	317.456	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.467	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	2.349	2.833
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	105.182	70.486
Total	107.531	73.319

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,52% do CDI, equivalente a 10,93% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (100,87% do CDI, equivalente a 13,22% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
Circulante	67.307	69.632
Contas a receber das operações (a)	2.395	2.788
Contas a receber do Poder Concedente (b)	64.912	66.844
Não circulante	137.095	262.233
Contas a receber do Poder Concedente (b)	137.095	262.233
Total	204.402	331.865

- (a) Crédito a receber da SPTrans – São Paulo Transportes S.A. e da Companhia do Metropolitano de São Paulo, decorrentes de serviços prestados aos usuários; e
 (b) Créditos a receber do Poder Concedente referente a mitigação de demanda e reequilíbrio, o qual é substancialmente recebido ao longo do trimestre subsequente ao fato gerador, cuja movimentação está abaixo demonstrada:

	2023		2024				Total
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferência	Outros	
Circulante	66.844	122.937	(288.052)		143.766	19.417	64.912
Reequilíbrio (a)	35.659	-	(160.259)	-	143.766	-	19.166
Mitigação de demanda (b)	31.185	122.937	(127.589)	-	-	-	26.533
Estudos de viabilidade (c)	-	-	(204)	-	-	19.417	19.213
Não circulante	262.233	-	-	18.628	(143.766)	-	137.095
Reequilíbrio (a)	262.233	-	-	18.628	(143.766)	-	137.095
Total	329.077	122.937	(288.052)	18.628	-	19.417	202.007

- (a) Reequilíbrio ao contrato de concessão por perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros, advinda da pandemia da COVID -19, conforme Termo Aditivo n.º 2;
 (b) Saldo de mitigação de demanda, recebido ao longo do trimestre subsequente ao do fato gerador; e
 (c) Créditos a receber do Poder Concedente, pelo resarcimento de custos incorridos com a elaboração dos Estudos de Viabilidade sobre a vantajosidade da extensão das linhas da Companhia, conforme Termo Aditivo n.º 3. Para maiores detalhes, veja nota explicativa n.º 1.1.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Créditos a vencer	204.402	331.865
Total	204.402	331.865

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	117.395	388.082
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(39.914)	(131.948)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	8.841	9.069
Despesas indedutíveis	(2.283)	(1.037)
Juros sobre capital próprio	5.533	4.137
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(360)	(489)
Incentivos relativos ao imposto de renda (PAT e Prorrogação de licença maternidade)	3.878	573
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	8	-
Outros ajustes tributários	117	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(24.180)	(119.670)
Impostos correntes	(73.984)	(22.699)
Impostos diferidos	49.804	(96.971)
Alíquota efetiva de impostos	20,60%	30,84%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	21.863	20.062
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.208	3.140
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	1.947	2.054
Provisão de energia elétrica / IPTU	15.456	12.755
Resultado de operações com derivativos	1.150	1.729
Arredamento	2	-
Programa de Gratificação Longo Prazo	100	384
Compensação de imposto ativo	(21.863)	(20.062)
Impostos ativos após compensação	-	-
Passivo	(57.788)	(105.081)
Resultado de operações com derivativos	(588)	-
Receita de remuneração dos valores a receber do Poder Concedente	(6.333)	-
Capitalização de juros	(5.035)	(3.897)
Receita de reequilíbrio	(45.832)	(101.283)
Outros	-	99
Compensação de imposto passivo	21.863	20.062
Impostos passivos após compensação	(35.925)	(85.019)
Imposto diferido líquido	(35.925)	(85.019)
 Movimentação do imposto diferido	 2024	 2023
Saldos em 1º de janeiro	(85.019)	11.838
Reconhecimento no resultado	49.804	(96.971)
Reconhecimento no patrimônio líquido	(710)	114
Impostos diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	(710)	114
Saldos em 31 de dezembro	(35.925)	(85.019)

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controlada, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldo	2024			2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controlada	Outras partes relacionadas
Ativo	13	829	842	36	132	5.877
Bancos conta movimento	-	10	10	-	-	10
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	10
Contas a receber	13	387	400	36	132	5.857
Derivativos	-	430	430	-	-	-
Outros créditos	-	2	2	-	-	-
Passivo	268.467	655.219	923.686	79.884	56	607.719
Fornecedores e contas a pagar	3.899	1.499	5.398	3.484	56	8.334
Derivativos	-	88.352	88.352	-	-	5.085
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	264.568	52.888	317.456	76.400	-	15.273
Debêntures	-	510.667	510.667	-	-	578.997
Outros débitos	-	1.813	1.813	-	-	30
						578.997

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	2024			2023			
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controlada	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - serviços de manutenção de veículos	-			(1)	-	-	(1)
Custos / despesas - serviço de transmissão de dados	-	(6)	(6)	-	-	(3)	(3)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(119)	(119)	-	-	(27)	(27)
Custos / despesas - serviços de infraestrutura utilizada	-	(145)	(145)	127	-	(23)	104
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(183)	(183)	-	-	(487)	(487)
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(14.476)	(14.476)	-	-	-	-
Custos / despesas - serviço de remoção de lixo e entulho	-	-	-	-	4	-	4
Custos /despesas - seguros	-	(17)	(17)	-	-	-	-
Custos /despesas - outros gastos gerais	-	(587)	(587)	-	-	-	-
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	(4.995)	(998)	(5.993)	(5.643)	-	(1.128)	(6.771)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(7)	(7)	-	-	(18)	(18)
Despesas financeiras - derivativos	-	(69.477)	(69.477)	-	-	(32.156)	(32.156)
Receita de venda de material estocável	-	552	552	-	-	-	-
Receitas de mútua cooperação	-	238	238	-	-	183	183
Receitas financeiras - derivativos	-	-	-	-	-	24.164	24.164
Repasso de custos e despesas - Mobilidade	-	(351)	(351)	-	-	-	-
Repasso de custos e despesas - CSC	(39.080)	-	(39.080)	(17.310)	-	(20)	(17.330)
Repasso de custos e despesas de colaboradores	(2.188)	(1.789)	(3.977)	(360)	(83)	(4.349)	(4.792)

9.1. Despesas com profissionais-chave da administração

	2024	2023
Remuneração (b) (c):	(841)	2.503
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	-	1.607
Outros benefícios:	(841)	896
Incentivo de longo prazo	247	247
Provisão para remuneração variável do ano	-	1.088
Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (a)	(1.088)	(520)
Previdência privada	-	79
Seguro de vida	-	2

9.2. Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração

	2024	2023
Remuneração dos administradores (c)	-	1.225

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 1.224;
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante R\$ 4.349, referente as despesas com profissionais-chave;
- (c) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria (conselho de administração e diretoria estatária).

Não há remuneração fixa da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

10.1. Composição dos investimentos

Controlada	Atividade principal	% de participação em 31/12/2024	Investimento		Resultado da participação societária	
			2024	2023	2024	2023
Five Trilhos	Serviços	100%	16.523	16.193	26.004	26.674
Total			16.523	16.193	26.004	26.674

10.2. Movimentação do investimento

	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	16.193	22.492
Resultado de equivalência patrimonial	26.004	26.674
Dividendos	(25.674)	(32.973)
Saldos em 31 de dezembro	16.523	16.193

10.3. Informações financeiras resumidas

Controlada	2024			2023			2024			2023		
	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Total das receitas brutas do período	Lucro líquido do período	Total das receitas brutas do período	Lucro líquido do período		
	Five Trilhos	37.057	20.534	16.523	38.044	21.851	16.193	36.888	26.004	31.845	26.674	
Total	37.057	20.534	16.523	38.044	21.851	16.193	36.888	26.004	31.845	26.674		

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						Imobilizações		
	Móveis e utensílios		Máquinas e equipamentos		Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação	em andamento	Total imobilizado
	Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.609	12.132	167					
Adições	-	-	-	-	-	-	-	4.135	4.135
Baixas	(2)	(2)	(2)	(2)	-	-	(6)	-	(6)
Transferências	317	1.705	357	357	-	-	2.379	(2.379)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	220	-	-	-	-	220	-	220
Depreciação	(410)	(2.806)	(194)	(194)	-	-	(3.410)	-	(3.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.514	11.249	328	-	14.091	2.818	16.909		
Custo	4.138	20.278	2.435	2.435	-	-	26.851	2.818	29.669
Depreciação acumulada	(1.624)	(9.029)	(2.107)	(2.107)	-	-	(12.760)	-	(12.760)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.514	11.249	328	-	14.091	2.818	16.909		
Adições	-	-	-	-	-	-	-	2.154	2.154
Baixas	(2)	(31)	-	-	-	-	(33)	-	(33)
Transferências	372	2.874	44	29	-	-	3.319	(3.319)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	104	-	-	-	-	104	-	104
Depreciação	(442)	(3.005)	(103)	(103)	(5)	(5)	(3.555)	-	(3.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.442	11.191	269	24	13.926	1.653	15.579		
Custo	4.505	23.188	2.437	2.437	29	29	30.159	1.653	31.812
Depreciação acumulada	(2.063)	(11.997)	(2.168)	(2.168)	(5)	(5)	(16.233)	-	(16.233)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.442	11.191	269	24	13.926	1.653	15.579		
Taxa média anual de depreciação %									
Em 31 de dezembro de 2024	10	13	25	25	20	20			

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R\$ 99 no exercício findo em 31 de dezembro 2024 (R\$ 94 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 9,50% a.a. e 7,90% a.a., respectivamente.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2023	627.097	3.306	607	631.010	10.661	641.671
Adições	-	-	1.841	1.841	114.231	116.072
Amortização	(39.194)	(1.350)	-	(40.544)	-	(40.544)
Transferências	71.568	878	(878)	71.568	(71.568)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(220)	(220)	-	(220)
Outros	(3.500)	-	-	(3.500)	(3)	(3.503)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	655.971	2.834	1.350	660.155	53.321	713.476
Custo	816.942	7.028	1.350	825.320	53.321	878.641
Amortização acumulada	(160.971)	(4.194)	-	(165.165)	-	(165.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	655.971	2.834	1.350	660.155	53.321	713.476
Adições	-	-	1.460	1.460	144.076	145.536
Amortização	(47.506)	(1.350)	-	(48.856)	-	(48.856)
Baixas	(130)	(134)	-	(264)	-	(264)
Transferências	127.111	967	(953)	127.125	(127.125)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(104)	(104)	-	(104)
Outros	(6.546)	-	-	(6.546)	(12.568)	(19.114)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	728.900	2.317	1.753	732.970	57.704	790.674
Custo	937.354	7.765	1.753	946.872	57.704	1.004.576
Amortização acumulada	(208.454)	(5.448)	-	(213.902)	-	(213.902)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	728.900	2.317	1.753	732.970	57.704	790.674
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2024		(a)	20			

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	46.089
Remodelação Estação Santo Amaro	11.877
Implantação de oficina para manutenção e revisão de truques dos trens	11.182
Contrato Alstom (aquisições de materiais)	10.811
Estudo para extensão Linha 5	8.616
Aquisição de ferramentas para manutenção dos trens	2.101
Sistemas para aprimoramento da proteção da informação	1.502

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R\$ 4.115 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.516 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 9,50% a.a. e 7,90% a.a., respectivamente.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
2ª Emissão - Série única (a)	9,76% a.a.	Abril de 2030	20.919	-	425.673	549.896 (b)(c)(d)(e)
Total geral					425.673	549.896

	2024	2023
Circulante	119.708	112.689
Debêntures	47.267	79.896
Valor justo	72.441	32.793
Não circulante	305.965	437.207
Debêntures	463.400	499.100
Valor justo	(157.435)	(61.893)
Total geral	425.673	549.896

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 19;

Garantias:

- (b) Garantia real;
- (c) Alienação fiduciária;
- (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e
- (e) Fiança corporativa da CCR e RuasInvest na proporção de sua participação acionária até o *completion*.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2024
2026	81.200
2027	79.100
2028	94.500
2029	103.600
2030 em diante	105.000
(-) Valor justo	(157.435)
Total	305.965

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Circulante	23.892	22.934
Salários e remunerações a pagar	3.740	3.726
Benefícios a pagar e previdência privada	7.696	7.752
Encargos sociais e previdenciários	3.868	4.364
Provisão para férias	8.588	7.092
Não circulante	2.535	5.989
CPRB (Contribuição previdenciária sobre a receita bruta) sobre receita de reequilíbrio	2.460	5.245
Gratificações e participações a pagar	75	744
Total	26.427	28.923

15. Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias e contratuais.

15.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	161	-	5.879	6.040
Constituição	14	7.216	1	-	7.231
Reversão	-	(700)	-	(5.969)	(6.669)
Pagamentos	(14)	(1.082)	(1)	-	(1.097)
Atualização de bases processuais e monetária	-	132	-	90	222
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	5.727	-	-	5.727

15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis e administrativos	-	25
Trabalhistas e previdenciários	4.077	1.795
Total	4.077	1.820

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 89.000, composto por 89.000.000 ações ordinárias. O capital da Companhia está assim distribuído:

	2024		2023	
	Participação acionária	Quantidade de ações	Participação acionária	Quantidade de ações
CCR S.A.	83%	74.172.600	83%	74.172.600
Ruasinvest Participações S.A.	17%	14.827.400	17%	14.827.400
Total	100%	89.000.000	100%	89.000.000

16.2. Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Controladora realizada em 26 de junho de 2024, houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 24.577 ações;
- Data da outorga: 26 de junho de 2024;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 24.577 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2024 (data da outorga), cotado a R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 247.

16.3. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social o qual já foi atendido.

16.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia propõe o destaque de Dividendos Adicionais Propostos, no montante de R\$ 67.471, relativo aos lucros apurados no exercício de 2024.

Os requerimentos para o cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido de exercício	93.215
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro líquido ajustado	93.215
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	23.304
Total de juros sobre capital próprio aprovados	(13.833)
Total de dividendo mínimo aprovado	(9.471)
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	(23.304)

16.5. Juros sobre capital próprio

Em 23 de outubro de 2024, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 4.364, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 3.710, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 654, a serem pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente.

Em 19 de dezembro de 2024, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 11.909, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 10.123, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.786, a serem pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente.

17. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	695.360	906.739
Receitas metroviárias	416.751	378.500
Receita de reequilíbrio (a)	-	297.892
Receitas de remuneração de contas a receber do Podere Concedente	18.628	-
Mitigação de risco de demanda projetada	122.937	141.028
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	137.044	89.319
Deduções das receitas brutas	(49)	(16.348)
Abatimentos	(54)	-
Impostos sobre receitas (b)	5	(16.348)
Receita operacional líquida	695.311	890.391

(a) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da celebração do Termo Aditivo 2º, devido às perdas de receita tarifária advindas da pandemia da COVID 19; e

(b) Em 31 de dezembro de 2024 não houve a opção pelo CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta).

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(144.447)	(237.735)
Juros sobre debêntures	(50.997)	(56.801)
Perda com operações de derivativos	(86.725)	(102.094)
Comissão de fianças	(5.993)	(6.771)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(82)	(113)
Valor justo sobre debêntures	(4.033)	(72.352)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(8)	-
Capitalização de custos de debêntures	4.214	1.610
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(823)	(1.214)
Receitas financeiras	87.779	157.058
Ganho com operações de derivativos	17.248	99.774
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.540	11.352
Valor justo sobre debêntures	59.927	45.889
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	35	39
Juros e outras receitas financeiras	29	4
Resultado financeiro	(56.668)	(80.677)

19. Instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2024	2023
Ativos		314.062	411.209
Valor justo através do resultado		107.531	73.319
Caixa e bancos	Nível 2	2.349	2.833
Aplicações financeiras	Nível 2	105.182	70.486
Valor justo através do resultado abrangente		1.729	-
Contas a receber de operações com derivativos	Nível 2	1.729	-
Custo amortizado		204.802	337.890
Contas a receber das operações		2.395	2.788
Contas a receber de partes relacionadas		400	6.025
Contas a receber com o Poder Concedente		202.007	329.077
Passivos	Nível	(904.704)	(751.481)
Valor justo através do resultado		(514.026)	(584.372)
Debêntures (a)	Nível 2	(425.673)	(549.896)
Contas a pagar de operações com derivativos	Nível 2	(88.353)	(34.476)
Custo amortizado		(390.678)	(167.109)
Fornecedores e outras obrigações		(66.357)	(62.030)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(5.398)	(11.874)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		(317.456)	(91.673)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.467)	(1.532)
Total		(590.642)	(340.272)

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* entre a taxa referencial informada pela ANBIMA e a curva obtida da B3 para cada indexador ou pela média dos *spreads* das debêntures classificadas por setor e trazidos a valor presente pela curva de taxa livre de risco (pré-DI). Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 510.667 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 578.997 em 31 de dezembro de 2023), conforme detalhado a seguir:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
Debêntures - 2ª Emissão - Série única	9,76% a.a.	CDI + 1,44% a.a.	510.667

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

19.2. Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2024, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de taxa de juros sobre a totalidade da 2ª emissão de debêntures e contratou operações de NDF *hedge* para a proteção na mudança no fluxo de pagamento.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Operação	Data de vencimento	Valores de Referência (Nacional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
		Moeda Local		Moeda Local Recebidos / (Pagos)	Valores a receber/ a pagar	Ganho/(Perda) em resultado	Ganho/(Perda) em resultado abrangente		
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
SWAP - riscos de juros		700.000	700.000	(15.309)	(31.510)	(88.353)	(34.184)	(69.477)	(2.320)
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2030	700.000	700.000	(15.309)	(31.510)	(88.353)	(34.184)	(69.477)	(2.320)
NDF - riscos cambiais		14.658	18.492	66	(44)	1.729	(292)	-	2.086
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2023 a 2025	14.658	18.492	66	(44)	1.729	(292)	-	2.086
Total		714.658	718.492	(15.243)	(31.554)	(86.624)	(34.476)	(69.477)	(2.320)
								2.086	(336)

19.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

19.3.1. Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

No quadro abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de fornecedores estrangeiros sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do período e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data destas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Consolidado - Efeito em R\$ no resultado e no resultado abrangente					
Operação	Risco	Exposição em moeda estrangeira⁽¹⁾	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Compromissos com fornecedores estrangeiros	Euro	(4.508)	-	(1.127)	(2.254)
Hedge NDF de fluxo de caixa futuro	Euro	14.658	-	3.665	2.928
Total do efeito de perda			-	2.538	674
 Moedas em 31/12/2024:	Dólar ⁽²⁾		6.1923	7.7404	9.2885
	Euro ⁽²⁾		6.4363	8.0454	9.6545

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação; e

(2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2024, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

19.3.2. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (3) (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(514.027)	(70.756)	(86.594)	(102.432)
Efeito sobre as debêntures e derivativos		(70.756)	(86.594)	(102.432)
CDI	105.965	8.123	10.119	12.103
Efeito sobre as aplicações financeiras		8.123	10.119	12.103
Total do efeito líquido da perda		(62.633)	(76.475)	(90.329)

A taxa de juros considerada foi⁽¹⁾:

CDI⁽²⁾

12,15%

15,19%

18,23%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

20.1. Compromissos com o Poder Concedente – Outorga variável

	% Outorga variável	Base Receita bruta	Valor pago no período		Circulante	
			2024	2023	2024	2023
Total	1,0%		5.789	5.176	734	766
			5.789	5.176	734	766

20.2. Compromissos relativos às concessões

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromissos relativos à concessão	118.299	210.023

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

20.3. Obrigações com o Poder Concedente

	2024	2023
Circulante	1.467	1.532
Outorga variável	734	766
Verba de fiscalização	733	766

21. Demonstração dos fluxos de caixa

21.1. Transações que não afetaram o caixa

As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(18.560)	16.112
Fornecedores	-	16.112
Contas a receber do Poder Concedente	(18.560)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	18.560	(16.112)
Adições ao ativo intangível	-	(16.112)
Outros de ativo intangível	18.560	-

21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Operações			Total
	Debêntures	com derivativos	Passivo de arrendamento	
Saldo inicial	(549.896)	(34.476)	-	(584.372)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	119.326	15.243	34	134.603
Pagamentos de principal e juros	119.326	-	34	119.360
Liquidação de operações com derivativos	-	15.243	-	15.243
Integralização de capital social	-	-	-	-
Outras variações que não afetam caixa	4.897	(67.391)	(169)	(62.663)
Adições	-	-	(185)	(185)
Ajuste a valor presente	-	-	16	16
Juros sobre debêntures	(50.997)	-	-	(50.997)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	55.894	(69.477)	-	(13.583)
Resultado abrangente das operações com derivativos	-	2.086	-	2.086
Saldo final	(425.673)	(86.624)	(135)	(512.432)

Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô De São Paulo S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Márcio Magalhães Hannas	Presidente
Francisco Pierrini	Membro Efetivo
João Daniel Marques da Silva	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Sérgio Luiz Pereira de Macedo	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Antonio Marcio Barros Silva	Diretor Presidente
Francisco Pierrini	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/0-0



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F769957A-A986-4DCD-A3AB-55DF67510661

Status: Concluído

Assunto: Complete com o DocuSign: 3500_viamobilidade_df_4T2024.pdf

Unidade proprietária do documento: ViaMobilidade (5 e 17)

Envelope fonte:

Documentar páginas: 55

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Andre Claro Rubim

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães

Selo com EnvelopeID (ID do envelope): Ativado

Pellegrini

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro

Jundiaí/SP, SP 13.209-500

andre.rubim@grupocr.com.br

Endereço IP: 200.245.117.54

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Andre Claro Rubim

Local: DocuSign

11/03/2025 13:42:33

andre.rubim@grupocr.com.br

Eventos do signatário

Fabia Da Vera Cruz Campos Stancatti

fabia.stancatti@grupocr.com.br

GBS

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 23/01/2025 18:33:15

ID: 117c24ab-4954-4e82-9e4b-dba71206e33b

Nome da empresa: GBS

Assinatura


DocuSigned by:
Fabia Da Vera Cruz Campos Stancatti
89B3E326D0ED43D...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.92.160.60

Registro de hora e data

Enviado: 11/03/2025 13:44:05

Reenviado: 12/03/2025 08:19:35

Visualizado: 12/03/2025 18:14:53

Assinado: 12/03/2025 18:15:34

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

11/03/2025 13:44:05

Entrega certificada

Segurança verificada

12/03/2025 18:14:53

Assinatura concluída

Segurança verificada

12/03/2025 18:15:34

Concluído

Segurança verificada

12/03/2025 18:15:36

Eventos de pagamento

Status

Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, GBS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact GBS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise GBS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from GBS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with GBS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify GBS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by GBS during the course of your relationship with GBS.